



GUANHÃES ENERGIA

PCH Dores de Guanhões S.A.

Sociedade Anônima de Capital Fechado

CNPJ nº 18.471.058/0001-89

Ipatinga - MG

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

do contrato de 31 de maio de 2030 para 31 de dezembro de 2017. Conforme tabela abaixo:

Energia Contratada (MW Médios)	Período de Fornecimento Contratual
3,714.....	De 01/01/2016 até 31/01/2016
7,428.....	De 01/02/2016 até 31/12/2017

O início do fornecimento da energia contratada deveria ter ocorrido com a PCH Dores de Guanhões mês de janeiro de 2016. Entretanto, devido a rescisão do contrato EPC 15/12/2015, a PCH Dores de Guanhões encaminhou para a Cemig-GT a carta GNE nº 163/2016, propondo a rescisão do atual contrato, de comum acordo e sem ônus entre as partes. Aguarda-se uma resposta favorável da Cemig-GT para a rescisão do contrato.

20. LEILÃO DE ENERGIA ANEEL Nº 04/2015 - LEILÃO A-3

A PCH Dores de Guanhões participou do leilão nº 04/2015 promovido pela ANEEL, e comercializou energia a um preço superior ao que havia sido formalizado em contrato anterior com a CEMIG-GT. O contrato formalizado com a Cemig-GT está em negociação para a rescisão sem penalidades entre as partes, conforme mencionado na nota explicativa nº 15.

Após a realização do leilão, houve o envio e a análise dos documentos por um Comitê Especial de Licitação e no dia 04 de agosto de 2015 ocorreu a homologação e adjudicação da PCH Dores de Guanhões. Posteriormente, a PCH Dores de Guanhões se tornou agente compulsório na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), para a formalização dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEARs). Os contratos foram assinados em agosto de 2016, sendo formalizado entre cada uma das compradoras e vendedoras vencedoras do certame.

O início do suprimento da energia comercializada no leilão será no dia 01 de janeiro de 2018.

21. DIFERIMENTO DO ICMS

A Secretaria de Estado de Fazenda de Minas Gerais, através da sua Superintendência de Tributação, concedeu à Companhia, por meio do Regime Especial/PTA Nº 45.00006993-73, autorização para fruição do benefício do diferimento do ICMS nos termos do Protocolo de Intenções celebrado com o Estado de Minas Gerais, que resultou em uma redução no Preço Global do Contrato no valor de R\$1.946, com data-base abril de 2012.

O Protocolo de Intenções nº 006/2010 foi celebrado entre o Estado de Minas Gerais e a Guanhões Energia em 14 de janeiro de 2010, com o objetivo de viabilizar a implantação da PCH Dores do Guanhões.

No ano 2014 ocorreu a transferência do benefício para a Companhia, em forma Regime Especial de diferimento parcial, conforme Art. 8º e Isenção de itens 204 e 205 da Parte 1 do Anexo I RICMS em 19 de setembro de 2014.

Em 09 de fevereiro de 2015, foi assinado o Oitavo Termo Aditivo ao Contrato EPC, no qual o preço global do contrato foi reduzido em R\$1.946, em razão dos benefícios fiscais concedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda de Minas Gerais.

22. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios de 2015 e 2016 a Companhia realizou as seguintes atividades de investimento e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31.12.2016	31.12.2015
Integralização de capital (*).....	6.323	-
Encargos financeiros capitalizados.....	-	4.124
Aquisição de ativo imobilizado em contrapartida a fornecedor.....	-	59
Aporte de capital e adiantamento para futuro aumento de capital (*).....	-	465

(*) Referente à transferência de AFAC para capital conforme descrita na nota explicativa 10.

(**) Referente à transferência de ativos efetuada na reestruturação societária descrita na nota explicativa 1.

23. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Processo de Arbitragem e Recuperação dos Equipamentos

Em 02 de fevereiro de 2016, foi instaurado o processo de arbitragem contra o consórcio construtor das PCHs, o CCPG. Após a abertura do processo de arbitragem, em 14 de outubro de 2016 foram protocoladas na câmara arbitral de conciliação, as alegações ini-

ciais. Tais alegações foram devidamente respondidas pelo CCPG, e o processo continua em andamento e em fase de análise documental.

Neste interim, OEngenharia obteve no dia 11 novembro de 2016, uma liminar de tutela provisória para retirar e obter a posse dos equipamentos nos estágios de fabricação em que se encontravam na fábrica da Hidroenergia (subcontratada da OEngenharia), com o intuito de barganhar tais equipamentos com a PCH Dores de Guanhões.

Diante do atual cenário, a OEngenharia obteve a posse dos equipamentos, em 06 de dezembro de 2016 a PCH Dores de Guanhões entrou com um pedido cautelar visando a recuperação dos equipamentos e transferência da posse para a PCH Dores de Guanhões. Tal decisão favorável a PCH Dores de Guanhões foi obtida em 07 de fevereiro de 2017.

A obtenção da posse desses equipamentos é um fator determinante para a recontração do escopo remanescente do Contrato EPC para continuidade e término da implantação do empreendimento.

b) Retomada e Operação

Desde a rescisão do Contrato EPC com o antigo contratado, a Guanhões Energia S.A., controladora integral da PCH Dores de Guanhões S.A., através de contratos mútuos, subsidiária recursos financeiros necessários para manutenção das estruturas físicas, retomada e finalização das obras da PCH Dores de Guanhões, até a sua completa entrada em operação comercial.

24. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A autorização para conclusão das demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 30 de maio de 2017.

Domingos Sávio Castro Horta
Diretor Administrativo Financeiro

Marcos Antônio de Aquino Rodrigues
Diretor Técnico Comercial

Milene Quintao Moreira Santos
Contadora - CRC 099447/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da PCH Dores de Guanhões S.A.
Ipatinga - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da PCH Dores de Guanhões S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da PCH Dores de Guanhões S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Continuidade operacional

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a PCH Dores de Guanhões encontra-se, em 31 de dezembro de 2016, em fase pré-operacional e vem dependendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções da Companhia, deverão ser absorvidos pelas operações futuras. Em 15 de dezembro de 2015, houve a rescisão do contrato com o consórcio construtor das PCHs. A conclusão das obras de construção das PCHs e consequente início das operações dependem da recontração do escopo remanescente para retomada das obras, bem como a obtenção dos recursos financeiros necessários, seja de seu acionista ou de terceiros. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém operações com partes relacionadas em montantes significativos e sob condições específicas descritas na referida nota. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Responsabilidade da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de audi-

toria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 30 de maio de 2017

Deloitte.

DELOITTE BRASIL
Auditores Independentes Ltda.

José Ricardo Faria Gomez
Contador
CRC-ISP 218.398/O-1 T-MG

TIRE UM TEMPINHO E TOME UMA ATITUDE

